



## A ESCUTA DAS CRIANÇAS E A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Kátia Adair Agostinho<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo discorre sobre a contribuição da escuta das crianças para pensar a especificidade da docência na Educação Infantil; visa a contribuir com o debate acerca das orientações para a formação de professores da educação da infância, qualificando a Educação Básica no Brasil. Considera-se que, *ao conhecer as crianças, informamos a Educação Infantil*. Assim, as importantes reflexões, que buscam captar a contribuição geracional das crianças, auxiliam na construção de uma proposta de Educação própria para as crianças pequenas, inclusiva, democrática e emancipatória. O reconhecimento da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica traz consequências para a formação dos seus profissionais, uma vez que os conhecimentos referentes à infância ainda se encontram em processo de construção e em busca de seu espaço nos currículos dos cursos de Pedagogia.

**Palavras-Chave:** Educação infantil. Formação de professores. Docência. Pesquisa com crianças. Infância.

### THE CHILDREN'S LISTENING AND THE TEACHING IN EARLY EDUCATION

#### ABSTRACT

This article discusses the contribution of listening to children to think about the specificity of teaching in children's education; aims to contribute to the debate about the guidelines for the education of teachers of childhood education, qualifying the basic education in Brazil. It is considered that when knowing the children, we inform the education of children. Thereunto, the important reflections that seek to capture the generational contribution of children help in the construction of a proposal of education for children, inclusive, democratic and emancipatory. The recognition of early childhood education as a first stage of basic education has consequences for the training of their professionals, since the knowledge regarding childhood is still in the process of construction and in search of its space in the curricula of the courses of Pedagogy.

**Keywords:** Early education. Teacher training. Teaching. Research with children. Childhood.

### LA ESCUCHA DE LOS NIÑOS Y DOCENCIA EN LA EDUCACIÓN INFANTIL

#### RESUMEN

El presente artículo discurre sobre la contribución de la escucha de los niños para pensar la especificidad de la docencia en la educación infantil; se pretende contribuir con el debate acerca de

---

<sup>1</sup> Professora no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no curso de Pedagogia e Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) na linha Educação e Infância. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Primeira Infância (NUPEIN). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Etnografia e Infância/UFSC. Doutora em Estudos da Criança, na Sociologia da Infância - Universidade do Minho/Portugal, mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente em pós-doutorado na Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais – FLACSO, com o professor Carlos Skliar. E-mail: <[katiagostinho@yahoo.com.br](mailto:katiagostinho@yahoo.com.br)>



las orientaciones para la formación de maestros de la educación de la infancia, calificando la educación básica en Brasil. Se considera que, al conocer a los niños, informamos la educación infantil. Así, las importantes reflexiones que buscan captar la contribución generacional de los niños auxilian en la construcción de una propuesta de educación propia para los niños pequeños, inclusiva, democrática y que emancipa. El reconocimiento de la educación infantil como primera etapa de la educación básica trae consecuencias para la formación de sus profesionales, una vez que los conocimientos referentes a la niñez todavía se encuentran en proceso de construcción y en busca de su espacio en los currículos de los cursos de Pedagogía.

**Palabras clave:** Educación infantil. Formación de profesores. Docencia. Investigación con niños. Infancia.

### **A Educação Infantil encontra a infância e suas crianças**

O traçado desse encontro entre a Educação Infantil, infâncias e crianças é complexo<sup>2</sup>. Descortina um conjunto de concepções e defesas que temos feito, para as quais não existe consenso e que precisam, ainda, de mais estudos para seu aprofundamento e visibilidade. Ao colocar nossas compreensões aqui em debate, nossa intenção é fomentar e contribuir para pensar orientações para a formação de professores da educação da infância, qualificando a Educação Básica no Brasil.

Desde logo, para nós, a contribuição da escuta do ponto de vista das crianças parte do reconhecimento de que o conteúdo manifesto por elas é singular, único em sua pertença geracional, e contribui para conhecer a realidade social mais vasta. Precisa de uma escuta sensível e atenciosa que se localiza em uma posição ética de acolhida ao outro. Contrapõe-se a qualquer equívoco nuclearizado em torno da ideia de *dar voz*. As crianças *têm voz*! Precisam ser escutadas e consideradas na estruturação de suas vidas, concebendo-as “como pessoas a serem estudadas em seus próprios direitos e não apenas como recipientes dos ensinamentos dos adultos” (HARDMAN, 1973, p. 87).

Nesta direção, a formação de professores, específica para a Educação Infantil, assume um caráter educativo próprio no encontro com a infância (AGOSTINHO; LIMA, 2015, p. 60). Partimos da ideia de que a docência na Educação Infantil é constituída de especificidades forjadas pelas particularidades dos sujeitos, para os quais realiza sua

---

<sup>2</sup> Não seremos capazes de dar visibilidade ao longo “percurso histórico das instituições sociais, inclusive jurídicas e acadêmicas, para que os adultos das sociedades ocidentais reconhecessem, à infância, o estatuto de sujeito e a dignidade de pessoa” (ROSEMBERG, 2008, p. 302), tampouco nomear todos e tudo que está envolvido neste processo. Assumimos, assim, os limites e contextos dos quais falamos.

educação, crianças de 0 a 6<sup>3</sup> anos, em que se coloca a imprescindibilidade de conhecer e escutar o seu ponto de vista.

O advento de novas pesquisas<sup>4</sup> sobre a infância e as crianças, e a divulgação de práticas pedagógicas pautadas em uma concepção de infância como uma construção social e de criança como sujeito e ator social rompem com o modelo de interpretação de desenvolvimento humano da psicologia desenvolvimentista e o de socialização vertical da criança. Assumindo as crianças pequenas como pessoas capazes, nos seus próprios termos, ativas e copartícipes, propomos uma Educação Infantil como um encontro com a infância.

### **Passos e saberes deste caminho**

A escuta das crianças iniciou, em nosso grupo – Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN/CED/UFSC), no contexto da década de 90, em pleno debate e defesa dos direitos das crianças, com a Convenção sobre os Direitos das Crianças (1989), que aprovou o Estatuto da Criança e Adolescentes - ECA (BRASIL, 1990), também o documento *Crítérios para um Atendimento em Creches e Pré-Escolas que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças* (BRASIL, 1995), e ganhou substância com os estudos sobre a qualidade e avaliação da Educação Infantil (ZABALZA, 1998; DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, entre outros), que evidenciaram a importância de ouvir todos os envolvidos no processo educativo (profissionais, familiares e crianças), e com as produções acerca das práticas na Educação Infantil do norte da Itália e sua pedagogia da escuta.

Para nós, alguns estudos foram importantes, como o de Rosa Batista (1998) que, ao pesquisar a organização da prática pedagógica a partir do que era proposto pelos adultos, percebeu algo mais além das *primeiras aparências* naquilo que era vivido pelas crianças, descortinando algumas formas de elas se (re)apropriarem do cotidiano educativo e dando visibilidade ao modo como elas viviam as propostas feitas pela professora. Também o de Eloisa Rocha (1999) que, ao analisar a produção acadêmica sobre a educação da criança pequena, informa: “Se a criança vista pelas pesquisas ganha contornos que definem sua heterogeneidade, isto não é suficiente para que ela ganhe voz e seja ouvida pelo

---

<sup>3</sup> Insistimos na defesa e posição de que temos crianças de 6 anos na Educação Infantil.

<sup>4</sup> Alan Prout (2008) apresenta uma trajetória dos Estudos da Criança, localizando o seu início nas tentativas de Darwin, de compreensão do desenvolvimento infantil.

pesquisador.” (ROCHA, 1999, p. 135). Além destas pesquisadoras, Ana Beatriz Cerisara (2004, p. 39) ensina que “[...] ter as crianças como parceiras no processo de investigação poderia ampliar o nosso conhecimento sobre elas e sobre a forma como vivem as suas infâncias em contextos de educação coletiva, sendo isso essencial para pensarmos a finalidade das instituições de educação infantil”.

A compreensão de quem são as crianças e as suas infâncias é fundamental para pensar a formação e as práticas para elas voltadas, a partir de um conjunto de saberes que as respeite em suas especificidades geracionais, cruzadas com as outras categorias sociais (ROCHA, 1999; FERREIRA, 2004; PROUT, 2005; SARMENTO, 2012), e que incorporem suas contribuições enquanto crianças. Na perspectiva de considerar as crianças como sujeitos de direitos, que têm uma infância determinada, com pertenças sociais, culturais, étnicas, geracionais, de gênero distintas, e que ocupam, com todas essas pertenças, o seu lugar na relação educativa-pedagógica, rompemos com uma pedagogia tradicional e conservadora, que tem suas bases calcadas em uma criança individualizada e isolada, descontextualizada e padronizada, que a vê como objeto de intervenção pedagógica.

Este caminho traçado busca romper com uma visão científica dominante, historicamente sustentada nas disciplinas fundadoras do pensamento científico sobre as crianças, como a medicina, psicologia e educação, contrapondo-se à ideia da infância como um período de imaturidade biológica e a visões tradicionais de socialização, que associavam a criança à passividade e à dependência, apostando nas relações inter e intrageracionais e no (re)conhecimento da infância com base na interdependência e alteridade que permeiam as identidades adultas e infantis nos seus diferentes encontros.

Estudar as crianças por direito próprio vence o silenciamento a que elas foram constrangidas pelo domínio de uma visão de mundo centrada no adulto, concebendo-as como competentes na formulação de interpretações sobre os seus mundos de vida, reveladores e coconstrutores das realidades sociais onde se inserem.

Assim, as pesquisas que escutam crianças reconhecem-nas como atores sociais de plenos direitos, impulsionadas pelo movimento de reconceitualização da infância, dão visibilidade ao seu contributo societal, reconhecendo-as como informantes privilegiadas de seus mundos de vida, contrapondo-se ao histórico percurso de sabermos acerca delas através de informações adultas, provenientes fundamentalmente da escola e da família. Estas abordagens consideram importante o reconhecimento do caráter inacabado da vida como

elemento constituidor de todos os humanos, pertencentes a uma teia de interdependência (LEE, 2001; PROUT, 2005).

O reconhecimento do estatuto de sujeito de direitos e atores sociais às crianças tem construído uma agenda de pesquisa que tem permitido, às crianças, uma participação e voz mais diretas na produção de dados de pesquisa, em que sua autonomia e equidade conceitual é assumida como legítima, com o propósito de “revelar a agência das crianças nos constrangimentos e possibilidades que vivem nas suas vidas, reconhecendo-as como (re)produtoras de sentido e com o direito de se apresentarem como sujeitos de conhecimento nos seus próprios termos” (FERREIRA; NUNES, 2014, p. 107).

Em nossa trajetória de estudos, reconhecemos a importância do diálogo com diferentes áreas de conhecimento para enfrentar a complexidade intrínseca à ação educativa. Assim, temos buscado efetivar um diálogo frutífero com a Sociologia da Infância, Antropologia da Criança, História, Filosofia, Psicologia Histórico-cultural, Literatura e outras, que colaboram com nossos estudos. Ao reconhecer e efetivarmos esse diálogo e aproximação, mantemos em atenção nosso interesse interno da área da Pedagogia – a educação das crianças – pois, ao (re)conhecer as crianças e *ouvir suas vozes*, admitimos que para a Educação não é suficiente conhecê-las, isto é o “ponto de partida que possibilita elaborarmos indicadores para a prática pedagógica” (CERISARA, 2004, p. 37). Assim, é possível contribuir para a construção teórico-metodológica do ensino e a formação de professores desta etapa da Educação.

### **Formação de professores, infâncias e crianças**

A formação de professores que defendemos é a realizada em universidades, considerando-as como lugar privilegiado para sua sólida formação teórica e prática. Uma formação científica, cultural e ético-política, que tome a prática como ponto de partida e como ponto de chegada, tramada em uma urdidura forte e cuidada do necessário encontro entre teoria, prática e *experiência* (LARROSA, 2002; PAGNI, 2010; FISCHER, 2012), que ocorre na relação entre o conhecimento e a vida humana. Um encontro que permita vencer a ausência de experiências sentidas e pensadas (SKLIAR, 2009).

A docência, “trabalho interativo, *sobre e com o outro*” (TARDIF; LESSARD, 2008, p. 11), é constituída de relações humanas, nas quais as pessoas envolvidas, adultos e crianças, possuem determinações sócio-históricas específicas, que circunscrevem a própria natureza do

trabalho docente. Isto convoca a pensar o lugar que crianças e adultos ocupam na prática pedagógica. No caso da Educação Infantil, trata-se de crianças de 0 a 6 anos e suas professoras e professores. O acento, então, é na relação educativa-pedagógica, evitando ênfases exacerbadas no foco nas crianças e nas suas ações, que as isolam das demais relações que definem sua própria ação e atenção à *multiplicidade simultânea das relações* (SCHMITT, 2014).

As particularidades da educação de crianças de 0 a 6 anos residem em um olhar que reconhece o tempo da infância como um tempo de direitos, e que contempla uma aprendizagem da profissão que contribui para a superação de práticas higienistas, espontaneístas e escolarizantes que antecipam a lógica do ensino fundamental. O objetivo é alcançar uma educação em “que as crianças possam viver plenamente sua infância sem imposição de modos ritualísticos inflexíveis, tais como os cristalizados nas rotinas domésticas, escolares ou hospitalares” (CERISARA, 2004, p. 36-37).

A Educação Infantil, com seu reconhecimento recente como primeira etapa da Educação Básica, na Lei 9394/96 (LDB), ainda vive o desafio de construir um conjunto de orientações que possam corporificar e informar a formação, as práticas e as políticas acerca do detalhamento desta especificidade, em se tratando de crianças pequenas. A proposta é a de somar esforços para pensar a etapa da Educação Infantil para “[...] além do arremedo da forma escolar clássica, do currículo disciplinar e da educação como ensino e aprendizagem [...]” (OLIVEIRA, 2013, p. 9). Portanto,

A formação dos profissionais que atuam na Educação Infantil apresenta-se como o mais urgente e polêmico dos desafios a serem enfrentados. As especificidades da Educação Infantil, envolvendo no processo educativo o cuidado e a atenção, conforme já mencionado, acrescidas ainda à informalidade e aos arranjos presentes nos processos de trabalho nas creches e pré-escolas, fruto do descaso de séculos com que essa etapa da educação conviveu, obrigam a revisão dos padrões usuais de formação docente, que têm na figura tradicional do professor que ministra uma disciplina, com seus conteúdos distribuídos em aulas de 50 minutos, o modelo de profissional a ser perseguido (OLIVEIRA, 2013, p. 13-14).

Juntamo-nos aos esforços que buscam bases para pensar o perfil do profissional desta etapa educacional, e que contribuam para a qualidade da educação (CAMPOS, 2008). A

pesquisa sobre a educação das crianças tem, por princípio, a Educação “[...] como área de conhecimento e área profissional, um setor aplicado, interdisciplinar, e o conhecimento que produz diz respeito a questões de intervenção intencional no âmbito da socialização” (GATTI, 2006, p. 61).

Em um cenário de tantas disparidades sociais, como é o de nosso país, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (BRASIL, 1999; 2009) têm servido como documento basilar das discussões e aprofundamentos realizados em torno da Educação Infantil em nível nacional, reconhecendo o lugar que a criança ocupa na relação pedagógica quando, em seu Art. 3.º, (BRASIL, 2009), orienta que o currículo nesta etapa educacional promova o desenvolvimento integral da criança, articulando suas experiências e saberes com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Tal articulação ocorre com o conhecimento das diversas experiências e saberes das diferentes crianças que frequentam as instituições de Educação Infantil. A articulação indicada valoriza os saberes das crianças.

Assumimos, então, como caminho frutífero para a formação na Educação Infantil, a escuta das crianças, como estratégia que contribui para a *permanência* na construção da docência (AGOSTINHO; LIMA, 2015). Portanto, é importante conhecer profundamente as crianças e seu meio auscultando-as (ROCHA, 2008), realizar a tradução intergeracional (SARMENTO, 2012), atuar como profissionais da democracia, atentos à consolidação dos direitos das crianças (MOSS, 2009; AGOSTINHO, 2010), construindo e lapidando permanentemente uma docência que se inscreve no tempo da infância como um tempo de direitos.

Ao escutarmos as crianças, assumimos como legítimas as suas formas de comunicação e relação. Essa escuta precisa ser atenta aos múltiplos canais comunicacionais e relacionais que as crianças exploram, de acordo com suas particularidades pessoais, com seu estilo e com a natureza de seus vínculos com seus parceiros, etc. (LE BRETON, 2009). Com crianças pequenas, temos de ativar a ausculta e, neste sentido, estabelecer uma relação de escuta que requer sensibilidade, astúcia, perspicácia e conhecimento para que sejam entendidos e valorizados os diversos canais de comunicação, promovendo uma relação que valorize a contribuição das crianças para a sociedade, enquanto crianças.

A escuta das crianças como estruturante da docência na Educação Infantil, e para além dela, é tarefa cotidiana da ação pedagógica. Portanto, precisa ser pensada e estudada

nos cursos de pedagogia, responsáveis pela formação de professores, para que seja compreendida nos seus princípios e efetivação. Uma escuta compreendida para além da ação de ouvir, “como princípio de responsabilidade em relação ao outro e responsividade com o que nos é enunciado, em síntese, significa uma resposta responsável” (CASTRO, 2016, p. 215).

No conjunto de estratégias e conhecimentos que precisamos ativar para escutar as crianças, ocupa lugar de grande importância a documentação pedagógica. Com ela, realizamos uma escuta atenciosa, detida e disponível, que ativamos com interesse, entrega e reconhecimento da alteridade das crianças.

A orientação educativa, guiada pela auscultação das crianças, coloca em relevo a importância da observação aguçada nas particularidades expressivas, em um contexto que a linguagem extra verbal é bastante presente, e permite um permanente redimensionamento das relações educativo-pedagógicas compartilhadas por adultos e crianças na Educação Infantil. Uma estratégia que colabora para conhecer o outro criança e seu ponto de vista, ampliando as possibilidades de compreensão e reflexão de sua educação. A escuta é componente da interlocução entre adultos e crianças, requer interpretação de seus modos de comunicar. Assim,

A construção de estratégias comunicativas coloca-se como bases para o estabelecimento de relações de troca cultural – de sentido horizontal – de compartilhamento, necessário para a compreensão de pontos de vista diferentes, mas que convivem num mesmo espaço e tempo – seja nas situações de investigação, seja nas ações de intervenção socioeducativas (ROCHA, 2008, p. 46).

A reverberação dos saberes dos estudos que escutaram crianças inspira uma pedagogia no encontro com a infância (CRUZ, 2008; KRAMER; ROCHA, 2013; NASCIMENTO., 2013, entre outros). Salientamos, aqui, alguns aspectos dos aprendizados dessa escuta: o reconhecimento da pertença das crianças nas diferentes categorias sociais (classe, étnico-racial, gênero, etc.); a brincadeira, o jogo e a ludicidade; a interatividade e suas culturas de pares; o corpo e a afetividade; as diferentes linguagens; a reiteração; o humor, a curiosidade e a simultaneidade de ações.

### **Palavras finais em tempos de desmantelamento do social**

A redefinição da infância, assim como a ideia de que crianças têm direito de ser estudadas, motivou o crescimento e o desenvolvimento de estudos que passaram a considerar as crianças como informantes principais de pesquisas, embora reconheçamos que essa produção, assim como as práticas, enfrenta, ainda, o grande desafio de vencer o adultocentrismo histórico diante da tarefa de escutar efetivamente as crianças. Destacamos, ainda, a sua incipiente presença nos currículos de formação dos cursos de Pedagogia, e os desafios teórico-metodológicos para aprofundar os encaminhamentos dessa escuta.

As pesquisas que escutam as crianças trazem a importante contribuição de seu ponto de vista para ser somado aos conhecimentos sobre a formação dos profissionais da Educação Infantil, enriquecem nossa imaginação pedagógica, respeitam e fortalecem os direitos das crianças e visibilizam as produções culturais das meninas e meninos de 0 a 6 anos. Assim, orientam projetos educativos inclusivos, pautados na escuta, com acento na diversificação das experiências infantis.

A defesa é de uma pedagogia da Educação Infantil balizada em um projeto emancipatório e com uma concepção de criança como sujeito de direitos e ator social. Uma pedagogia que afirma a imprescindibilidade de considerar seu ponto de vista, expressado por diferentes canais comunicacionais, para a organização e efetivação das práticas nos espaços educativos. Uma pedagogia contra-hegemônica, que favoreça e fomente práticas em que as crianças sejam tidas em conta, e seu ponto de vista seja considerado na estruturação de seus espaços e tempos educativos. Uma pedagogia, por fim, que considere a criança como ator social e a infância como construção sócio-histórica, em que a vivência dos direitos seja negociada nas relações em que é travada, junto aos seus sujeitos, em uma perspectiva de direito à infância.

A questão dos direitos das crianças tensiona a questão dos vínculos sociais, porque demanda a recomposição dos laços entre crianças e adultos, nos quais o ponto de vista de cada um dos seus atores conta para o projeto educativo-pedagógico, cuja legitimidade das crianças falarem por si torna os adultos seus atentos ouvintes. As crianças, ao se visibilizarem por sua própria fala, inserem-se no espaço público de outra forma, redefinindo a sua educação e os vínculos da infância e docência.

O movimento de reconhecimento da especificidade da educação da pequena infância busca bases teóricas alicerçadas, especialmente na afirmação da infância, como categoria histórico-social e na atenção às determinações materiais e culturais que as

constituem. Converge com as abordagens teóricas, que tomam como pressuposto epistemológico, um conhecimento da realidade que articula as dimensões estruturais de determinação objetiva à constituição dos sujeitos sociais – a experiência / ação social, que configura a subjetividade e que, simultaneamente, produzem uma dinâmica transformadora.

A defesa da educação pública, laica e gratuita para todos os brasileiros e com inclusão social, com respeito à diversidade e diferença, na defesa da institucionalidade democrática do sistema educacional é atacada pelas atuais políticas de desmonte da perspectiva de proteção social e cidadania para todos, fundamentalmente com o contingenciamento dos recursos públicos destinados à educação pública, com a definição da política de formação de professores, pelo Ministério da Educação, de maneira impositiva e sem diálogo com a área, em que se proliferam discursos conservadores, fundamentalistas, machistas, racistas, sexistas, etc.

O projeto em andamento ataca diretamente o que temos defendido para a Educação pública, a pesquisa de e com as crianças e para os demais sujeitos da Educação. Com isto, vivemos um momento político complexo para brasileiros e muitos outros, caracterizado por uma violência crescente, repressão de muitas ordens e imposição de um projeto civilizador de exclusão. A ofensiva é forte e excessiva, e muitas conquistas e modos estabelecidos de conduzir questões sociais e educacionais são ameaçados e extintos. Fazemos a insurgência cotidianamente, quando optamos por não nos inscrever na concorrência e meritocracia, quando fincamos pé nos contextos educativos e com eles transbordamos e exigimos ética, dignidade e construção do bem comum.

Nesta batalha cultural, compreendida como uma resistência necessária, somos capazes de, nas relações educativas cotidianas nas universidades, creches e pré-escolas, potencializar esses espaços como *loci* democráticos, lugar de participação em que são ouvidas as diferentes vozes com vistas ao bem comum, em que o projeto educativo-pedagógico vise a novas formas de sociabilidade, de composição de vida, reconhecendo as necessidades existentes e as possibilidades de ação em contextos tão difíceis.

## Referências

AGOSTINHO, K. A. Formas de participação das crianças na educação infantil. Tese (Doutorado em Estudos da Criança) – Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2010.

AGOSTINHO, K. A.; LIMA, P. A docência na educação infantil: sobre os contornos da experiência pedagógica no encontro com as crianças. *Investigar em Educação*, Portugal, n.º 4, 2.ª série, 2015. Disponível em:

<<http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/58/57>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

BATISTA, R. *A rotina do dia-a-dia da creche: entre o proposto e o vivido*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] União, ano CXXXIV, n. 248, p. 27.833-27.841, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. *RESOLUÇÃO CEB Nº 1, DE 7 DE ABRIL DE 1999*. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0199.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Resolução Nº 5, DE 17 de Dezembro de 2009. Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil*.

CAMPOS, M. M. Educar crianças pequenas. Em busca de um novo perfil de professor. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 121-131, jan./dez. 2008. Disponível em:

<<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/download/130/232>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

CASTRO, J. S. *A docência na educação infantil como ato pedagógico*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CERISARA, A. B. Em busca do ponto de vista das crianças nas pesquisas educacionais: primeiras aproximações. In: SARMENTO, Manuel J.; CERISARA, Ana Beatriz (Orgs.). *Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Edições ASA: Porto/Portugal, 2004, pp. 35-54.

CRUZ, S. H. V. *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2008.

DAHLBERG, G.; MOSS, P.; PENCE, A. *Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

FERREIRA, M. *“A gente gosta é de brincar com os outros meninos!” - As relações sociais entre crianças num Jardim de Infância*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

\_\_\_\_\_; NUNES, A. *Estudos da infância, antropologia e etnografia: potencialidades, limites e desafios*. *Linhas Críticas*, Brasília, Distrito Federal, v. 20, n. 41, p. 103-123, jan/abr., 2014.

FISCHER, R. M. B. "Mitologias" em torno da novidade tecnológica em educação. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 33, n. 121, p. 1037-1052, out.-dez. 2012.

GATTI, B. A Pesquisa na pós-graduação e seus impactos na educação. *Educação & Linguagem*, v.9, n.14, p.16-33, jul./dez. 2006. Disponível em:

HARDMAN, C. Can there be an Anthropology of Children? *Journal of the Anthropological Society of Oxford*. Volume 4, Issue 2, pp. 85-99, 1973.

KRAMER, S.; ROCHA, E. C. (Org.). *Educação Infantil: enfoques em diálogo*. Campinas: Papirus, 2013.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. N. 19, Janeiro/Abril, 2002. Disponível em:

<[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19\\_04\\_JORGE\\_LARROSA\\_BONDIA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE19/RBDE19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

LE BRETON, D. *Paixões ordinárias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEE, N. *Childhood and society. Growing Up in an age of uncertainty*. Maidenhead: Open University Press, 2001.

MOSS, P. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. In: **Psicologia - USP**, São Paulo, julho/setembro, 2009, 20(3), p. 417- 436. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v20n3/v20n3a07.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

NASCIMENTO, M. L. B. P. *Infância e Sociologia da Infância: entre a invisibilidade e a voz*. Relatório Científico. São Paulo: Feusp/CNPq, 2013.

OLIVEIRA, D. A. A profissão docente na Educação Infantil. In: *Docência na Educação Infantil. Salto para o futuro: Ano XXIII - Boletim 10*, Junho 2013. Disponível em:

<[https://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/17204610\\_DocenciaEducacaoInfantil.pdf](https://cdnbi.tvescola.org.br/resources/VMSResources/contents/document/publicationsSeries/17204610_DocenciaEducacaoInfantil.pdf)>. Acesso em: 29 jun. 2018.

PAGNI, P. A. Um lugar para a experiência e suas linguagens entre os saberes e práticas escolares: pensar a infância e o acontecimento na práxis educativa. In: PAGNI, Pedro A. e

GELAMO, Rodrigo P. (Org.). *Experiência, educação e contemporaneidade*. Marília: Poiesis Editora, pp. 15-34, 2010.

PROUT, A. *The Future of childhood: towards the interdisciplinary study of children*. London: RoutledgeFalmer, 2005.

\_\_\_\_\_. *Culture-nature and the construction of childhood*. In: DROTNER, Kirsten; LIVINGSTONE, Sonia, (eds.) *International handbook of children, media and culture*. London: Sage, pp. 21-35, 2008.

ROCHA, E. A. C. *A Pesquisa em Educação Infantil no Brasil. Trajetória recente perspectiva de consolidação de uma Pedagogia da Educação Infantil*. Florianópolis: Teses (doutorado) NUP 2, UFSC/CED, 1999.

\_\_\_\_\_. Porque ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar. In: Silva Helena Vieira Cruz (org). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. São Paulo: Cortez, p. 43-51, 2008.

ROSEMBERG, F. Crianças e adolescentes na sociedade brasileira e a Constituição de 1988. In:

OLIVEN, R. G.; RIDENTI, M.; BRANDÃO, G. M. (Org.). *A Constituição de 1988 na vida brasileira*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild. ANPOCS, pp. 296-333, 2008.

SARMENTO, M. *Construir a educação infantil na complexidade do real*. Revista Pátio – Educação Infantil, 32, 2012. Disponível em: <<https://loja.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/7222/construir-a-educacao-infantil-na-complexidade-do-real.aspx>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

SCHMITT, R. V. *As relações sociais entre professoras, bebês, e crianças pequenas: contorno da ação docente*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SKLIAR, C. Educar es conmovier. In: *Saberes*. Revista del Ministerio de Educación de la Provincia de Córdoba, Nº 4 | Octubre de 2009. Disponível em: <<http://revistasaberes.com.ar/numerosanteriores/revista-saberes-nro-004.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas*. 4ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

ZABALZA, M. A. *Qualidade em Educação Infantil*. Tradução: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.

**RECEBIDO EM 18 DE ABRIL DE 2018.**

**APROVADO EM 16 DE MAIO DE 2018.**